

Pedro Rossi

BRASIL

EM

DISPUTA

Uma nova história
da economia brasileira

CRÍTICA

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Pedro Rossi

BRASIL

EM

DISPUTA

Uma nova história
da economia brasileira

CRÍTICA

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Pedro Rossi, 2024
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2024
Todos os direitos reservados.

Preparação: Caroline Silva
Revisão: Ana Maria Fiorini e Thayslane Ferreira
Diagramação: Negrito Produção Editorial
Capa: Fabio Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Rossi, Pedro
Brasil em disputa : uma nova história da economia brasileira / Pedro Rossi. – São Paulo : Planeta do Brasil, 2024.
112 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-422-2784-0

1. Economia – Brasil – História. 2. Brasil – Política e governo – História. I. Título.

24-3288

CDD 330.0981

Índice para catálogo sistemático:

1. Economia – Brasil – História



Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo

2024

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Bela Cintra, 986, 4º andar – Consolação
São Paulo – SP – 01415-002
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

DISTRIBUIÇÃO GERA CRESCIMENTO

Em 2002, em seu primeiro pronunciamento como presidente eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva declarou: “Queremos constituir um amplo mercado de consumo de massas que dê segurança aos investimentos das empresas, atraia investimentos produtivos internacionais, represente um novo modelo de desenvolvimento e compatibilize distribuição de renda e crescimento econômico”.¹ Assim, diante de 150 mil pessoas ao longo da Esplanada dos Ministérios, suas palavras ecoaram o sentimento de que, dessa vez, o país iria virar a página.

Após oito anos de Fernando Henrique Cardoso, o desempenho da economia era fraco e o desemprego, alto. O Plano Real cumpriu a promessa de controle da inflação, mas também promoveu uma rápida transformação da economia brasileira e da sua inserção internacional. A reestruturação do setor produtivo e o aumento da concorrência internacional afetaram a classe empresarial; a queda da renda *per capita* e o desemprego geraram insatisfação na classe média e na parcela mais pobre da população. Nesse contexto, ainda que sem reverter as principais reformas do período anterior, Lula reorientou o modelo econômico.

Em seu governo, crescimento e distribuição estavam alinhados. A agenda distributiva foi base de um processo em que as

melhorias na desigualdade modificaram a estrutura de demanda e do mercado de trabalho, resultando em mais crescimento econômico. Apesar de seus limites e contradições, essa agenda entregou melhorias substanciais para a economia brasileira em um contexto internacional que afastava restrições externas ao crescimento.

No centro do modelo econômico dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), encontra-se a inclusão da parcela da população mais pobre no mercado consumidor. O chamado crescimento pelo consumo de massa pressupõe um processo distributivo que amplie o poder de compra da população mais pobre e aumente substancialmente o mercado consumidor de diversos produtos. A constituição de um mercado de consumo de massa por meio de um processo distributivo esteve, e foi explicitada, no programa de governo do partido em 2002 e nos planos plurianuais (PPA) elaborados ao longo do governo Lula.² Essa ênfase no mercado interno e na distribuição de renda como elemento dinâmico tinha respaldo teórico na tradição desenvolvimentista inaugurada por Celso Furtado, autor que apontou que a exclusão da população mais pobre do mercado consumidor restringe o mercado interno e, conseqüentemente, o desenvolvimento produtivo e a modernização produtiva e tecnológica.³

Furtado argumenta que a concentração de renda e a estreiteza do mercado de consumo doméstico são fatores que limitam o aumento de escala das empresas e o desenvolvimento da estrutura produtiva.⁴ Dessa forma, a modernização dos padrões de consumo, quando restrita a uma parcela mais rica da população, é uma das principais responsáveis pelo subdesenvolvimento. Esse quadro tende a se perpetuar ao produzir má distribuição de renda, atraso tecnológico e coexistência de setores modernos da economia com setores de baixa produtividade, marcados pelo subemprego e pela informalidade. Nesse contexto, uma saída é

ampliar e massificar o mercado de consumo doméstico, um dos elementos centrais contidos no programa petista.

Há aqui uma visão de desenvolvimento enquanto intenção política. O desenvolvimento não é resultado da livre concorrência e da espontaneidade das forças de mercado. Para uma economia, desenvolver-se é crescer com mudança estrutural, transformar a estrutura produtiva e a base tecnológica e modificar o mercado de trabalho, os padrões de consumo, as pautas de exportação e importação, a distribuição da renda e da riqueza etc. Crescimento e desenvolvimento, portanto, se distinguem: um momento de crescimento econômico que apenas reforça os aspectos estruturais típicos de países subdesenvolvidos (especialização em produtos primários, mercado de trabalho marcado pelo subemprego, desigualdade social etc.) não pode ser considerado desenvolvimento. Por exemplo, é possível haver crescimento sem desenvolvimento quando o crescimento temporário de preços de *commodities* aumenta as rendas do setor exportador, mas não resulta em transformações relevantes.

O desenvolvimento tampouco tem uma direção única: há diferentes tipos, estilos ou modelos. Seu estilo depende de como uma economia nacional se organiza para produzir e distribuir suas riquezas, de como busca responder às questões “o que”, “para quem” e “como produzir”, além de “como será distribuído o resultado dessa produção”. No passado, o desenvolvimento brasileiro já havia transformado a paisagem econômica com industrialização e alto crescimento, mas conjugados com o aumento das desigualdades sociais e da degradação ambiental. No período Lula, apesar das contradições, o estilo de desenvolvimento teve na distribuição da renda um papel central.

Assim, a formação do mercado de consumo de massa se sustentou em dois pilares: o primeiro foi o da distribuição de renda, promovida por políticas de transferências e aumento de

salários; o segundo, o estímulo à inclusão bancária e ao crédito para as famílias. Uma vez constituído, esse mercado estimulou a estrutura produtiva doméstica de forma a atender parte da ampliação da demanda e, por meio de ganhos de escala das empresas domésticas, proporcionou aumentos de produtividade e crescimento econômico.

De fato, a estratégia de desenvolvimento de um mercado de consumo de massa não ficou apenas no papel. Houve uma intencionalidade política que se verificou:

1. Na política de aumento do salário mínimo, que apresentou crescimento real de 70% ao longo dos governos petistas, elevando os rendimentos do trabalho e contribuindo para a redução da desigualdade.⁵ Esses aumentos foram inicialmente discricionários e chegaram a 15% nominais em 2005 e 16% em 2006, o que representou, em termos reais, respectivamente, 8% e 13%.⁶ Já em 2011, a Lei n. 12.382 estabeleceu as diretrizes para a política de valorização do salário mínimo, que deve ser reajustado conforme a inflação do ano anterior e o crescimento do PIB de dois anos antes.
2. Nas políticas de transferências de renda, tanto com o aumento do valor dos benefícios da Previdência e Seguridade Social (em grande medida vinculados ao salário mínimo) quanto com a criação de programas de transferência como o Bolsa Família.
3. Nas políticas de facilitação do crédito às famílias e empresas, dentre as quais se destacam o crédito consignado, a ampliação do microcrédito e do crédito habitacional e a expansão do crédito dos bancos públicos, em particular após a crise de 2008.

4. No aumento do volume de despesas públicas em áreas sociais como saúde e educação, que representam renda indireta para os mais pobres e contribuem para a geração de empregos formais e informais.

O impacto dessas políticas se concretizou na redução da pobreza e da miséria, além da desigualdade de renda medida pelo índice de Gini, que passou de 0,58 para 0,52 entre 2002 e 2014.⁷ A proporção da população que vive com menos de meio salário mínimo por mês passou de 46,6% em 2003 para 29,2% em 2009.⁸ Entre os anos de 2002 e 2013, observou-se uma queda expressiva no número de miseráveis, saindo de 45 milhões para 16 milhões de pessoas, com um aumento expressivo dos extratos médios (a baixa classe média, por exemplo, passou de 54 milhões de pessoas em 2002 para 89 milhões em 2013).⁹

Há também uma dimensão da desigualdade relacionada ao bem-estar da população e à provisão pública de diversos serviços. Como mostra Tereza Campello,¹⁰ nos governos Lula e Dilma há uma melhora expressiva no acesso dos mais pobres a recursos como água, saneamento, energia, educação, saúde, moradia, entre outros.¹¹ Por exemplo, em 2002, apenas 16% dos adolescentes entre 15 e 17 anos no quinto mais pobre da população frequentavam a escola. Em 2015, esse percentual aumentou para 43%. Em 2002, metade da população pertencente aos 5% mais pobres tinha acesso à água no domicílio; em 2015, esse percentual aumentou para 76%.¹² As melhorias nas condições de vida da parcela mais pobre da população revelam outra dimensão da redução das desigualdades não captadas pelos indicadores tradicionais. Além disso, o aumento na provisão pública de bens e serviços sociais é uma forma de renda indireta que permite mais espaço orçamentário para o consumo de bens privados pelas famílias.

Para além da inclusão pelas melhorias sociais e da renda da população mais pobre, o mercado de crédito também incluiu uma parte importante da população. O crédito para pessoas físicas cresceu a taxas elevadas, passando de 9% do PIB em 2003 para 20% em 2010.¹³ Nesse campo, destaca-se o crédito consignado, que possibilitou o acesso ao crédito bancário a taxas de juros proporcionalmente mais baixas aos trabalhadores vinculados a sindicatos e aos servidores públicos e aposentados. Essa modalidade de crédito, introduzido em 2003 pela Lei n. 10.820/2003, já representava 3,7% do PIB em 2010.¹⁴

Com o aumento da renda e do crédito, o consumo de bens duráveis cresceu rapidamente, fazendo a parcela da população com acesso a um conjunto de bens duráveis (telefone, televisão, fogão, geladeira, rádio e máquina de lavar) subir de 28,2% em 2003 para 44,4% em 2012, segundo o IPEA.¹⁵ O crescimento do consumo de eletrodomésticos das famílias brasileiras, medido em quantidade, foi de 148% entre 2000 e 2013.¹⁶

Dessa forma, ao longo dos governos Lula e Dilma, verificou-se uma ampliação do acesso aos bens de consumo duráveis e uma ampla modernização do padrão de consumo da população brasileira. Essa nova configuração da demanda teve grande impacto no mercado de trabalho, no qual se observa uma redução substantiva do subemprego, uma das características clássicas do subdesenvolvimento apontadas por Furtado.¹⁷ Observou-se também uma queda significativa na taxa de desemprego e o aumento do emprego formal.

A taxa de desemprego caiu de 12% em 2002 para cerca de 5% em 2014,¹⁸ o que, junto ao crescimento do emprego formal (que cresceu dez pontos percentuais, alcançando 63% da força de trabalho ao final de 2013) e ao aumento do salário médio real (crescimento de 17% no mesmo período), ajuda a explicar a melhoria nos indicadores sociais.¹⁹